

Na Suíça, presidente do BC diz que bancos reagem bem ao Brasil

Assis Moreira
de Genebra

O presidente do Banco Central, Arminio Fraga, saiu satisfeito de uma reunião com bancos privados da Europa e da Ásia e grandes seguradoras, no sábado na Basileia (Suíça), iniciando seu giro pelo velho continente. Os participantes indagaram sobre eleição, balanço de pagamentos e a situação econômica em geral.

Fraga respondeu com uma "apresentação completa" e, segundo o presidente do BC, "a reação foi positiva". Ontem, durante todo o dia, Fraga permaneceu em reunião com os principais banqueiros centrais do planeta, no Banco de Compensações Internacionais (BIS, sigla em inglês). Hoje, na reunião periódica do G-11 para analisar o estado da economia global, o presidente do BC detalha a situação brasileira.

Amanhã ele vai estar em Frankfurt para conversar com bancos alemães. O **Deutsche Bank**, o maior banco germânico, divulgou uma análise sobre o Brasil na sexta-feira, na qual diz que o "amplo comprometimento dos bancos privados internacionais para manter linhas comerciais, e o apoio direto pelo

BC, via leilão de linhas comerciais para empresas, contribuíram para acalmar os mercados, mas o fator chave tem sido certamente a melhora das chances de continuidade política", numa referência ao candidato do governo, José Serra.

Turno único



Arminio Fraga

"No entanto", continua o relatório do Deustche, "a melhora que Serra está mostrando não é o fim da história, visto que a distância em relação ao líder nas pesquisas, Luiz Inácio Lula da Silva, é ainda muito ampla, e que é sempre possível que o candidato do PT ganhe no primeiro turno".

O banco alemão também chama a atenção para a "contínua deterioração" da dívida pública devido à desvalorização do real.

A dívida líquida cresceu para 61,9% do PIB, comparado com 57,9% em junho e 53,3%, no final de 2001. Considera que o objetivo de superávit primário de 3,88% para o novo programa com o FMI e para o próximo governo "é um mínimo absoluto" comparado com o que acha necessário para assegurar a redução do peso da dívida pública.